

Cultura em alerta



» JOSÉ SARNEY
Ex-presidente da
República, escritor e
imortal da Academia
Brasileira de Letras

Nunca na História tivemos um tempo de nuances tão grande quanto neste tempo — não digo neste século, porque não sabemos quanto tempo vai durar.

É que, desde a grande explosão (o Big Bang), o Universo sofreu mudanças físicas que determinaram e continuam determinando a sua forma. Aqui na Terra, com a existência de vida, sempre tivemos, e vamos continuar tendo, transformações no corpo dos seres vivos, animais e plantas.

Pois bem, agora passamos por uma modificação profunda no modo de pensar, e a capacidade do cérebro humano é desafiada pela inteligência artificial (IA). As “minas”, isto é, os bancos de dados gigantes, que consomem uma energia colossal, caminham para o armazenamento de todo o conhecimento humano e para uma imitação plena do pensamento lógico e do domínio da razão, sem que se possa prever o que farão no futuro. E já se está engatinhando por esse caminho. A

humanidade ainda não consegue avaliar o risco de ser sufocada por esses imensos perigos.

Um desses aspectos, por exemplo, é a mudança que estamos tendo na riqueza dos minerais, que deixam de ser os mais necessários para o consumo atual (como o petróleo, o ferro, a bauxita e o magnésio), substituídos por terras raras e outros minerais considerados estratégicos para o futuro. Entre esses, destacam-se especialmente o lítio, o cobre, o níquel, o cobalto e o grafite, ou seja, vários elementos químicos que possuem propriedades especiais muito utilizadas na atual tecnologia de ponta, como computadores, celulares, baterias, turbinas eólicas, carros elétricos, armas de guerra e drones.

No que diz respeito ao Brasil, nosso país é rico nesses elementos. Por isso mesmo, precisamos de uma nova política em relação a esses minerais e às tecnologias que devem ser adotadas para sua extração, uma vez que eles estão associados a outros minerais ou elementos comuns.

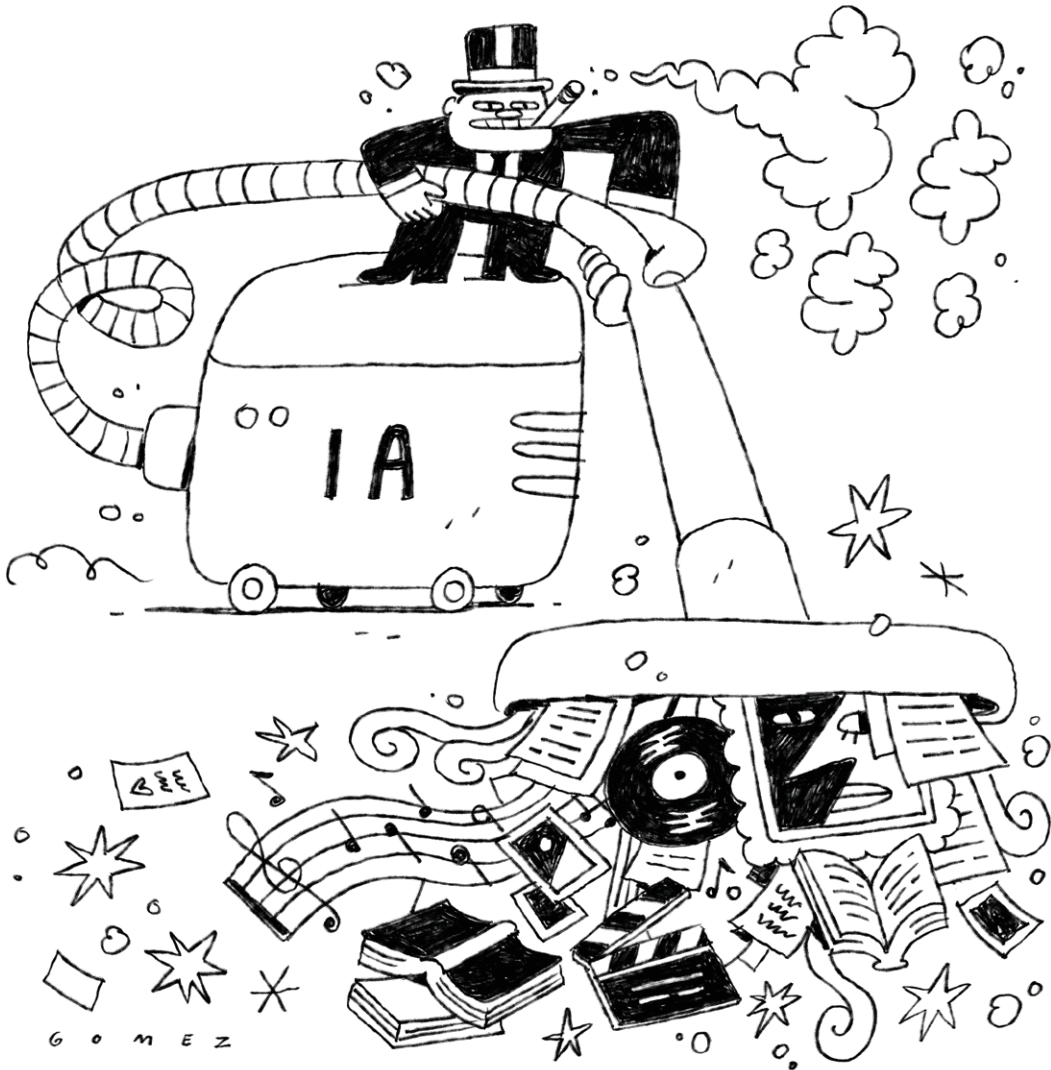
Essa mudança de pensar atinge a todos, afetando, sobretudo, intelectuais e artistas, que veem os seus direitos de autoria ameaçados por essa revolução digital, necessitando de leis que protejam a si mesmos e a suas criações. Existe também uma forte ameaça das novas tecnologias e da IA sobre os empregos em geral.

Esses assuntos tratados por mim hoje, neste texto, demandam uma larguíssima gama de aspectos que não podem ser esgotados em um simples artigo. Assim, para colocá-los no terreno da realidade e das consequências atuais, vemos a dificuldade que estão tendo nossos legisladores, Câmara dos Deputados e Senado Federal, para estabelecer limites contra os possíveis abusos da tecnologia. Por isso, temos de ter o maior cuidado ao lidar com a inteligência artificial generativa.

Assim, como intelectual e escritor com mais de 120 títulos publicados, em 168 edições e 10 idiomas, alio-me à defesa dos direitos autorais e daqueles que os estão defendendo, tendo como referência a Paula Lavigne, que está sendo uma guerreira no Congresso Nacional, juntamente com dezenas de artistas e entidades representativas de cantores, escritores, pintores e de todas as formas de criação.

Como velho senador naquela Casa legislativa, onde passei 40 anos, sei que assuntos dessa natureza têm grande repercussão, principalmente esse, no qual ainda somos neófitos, que desperta o interesse de gigantescos grupos internacionais, as já famosas big techs.

Quero juntar-me, assim, àqueles que zelam pela cultura brasileira, lutam por ela e por todos que a produzem.



Escolas precisam rever a exposição infantil nas redes sociais



» ANA PAULA YAZBEK
Mestre em educação
pela USP e diretora
do espaço ekoa

Com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) Digital há três meses em vigor no Brasil, é importante que famílias e escolas discutam sobre a exposição excessiva da imagem de crianças nas redes sociais, muitas vezes naturalizada no cotidiano, mas que traz impactos importantes para desenvolvimento, privacidade e segurança. E nada mais oportuno para trazer o assunto à tona como um mês de grandes eventos como Copa do Mundo e Festa Junina e de uma importante decisão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que regulamenta atividades de crianças e adolescentes em plataformas digitais, prevenindo a necessidade de alvarás judiciais para atividades artísticas e participação em conteúdos publicados em perfil próprio, de responsáveis ou de terceiros.

Nos últimos anos, a presença das crianças nas redes sociais deixou de acontecer apenas de forma indireta. Hoje, muitas já crescem com a própria imagem amplamente compartilhada, expostas em vídeos, fotos, rotinas familiares, festas, viagens, momentos íntimos e até situações de vulnerabilidade emocional. Em alguns casos, antes mesmo de terem idade para compreender o alcance dessas publicações. E essa é uma discussão que atravessa diretamente a educação.

Na prática escolar, já é possível perceber impactos relacionados à forma como

crianças e adolescentes se enxergam, se relacionam e constroem sua autoestima em um ambiente cada vez mais mediado pela lógica da exposição constante. A necessidade de validação, a busca por curtidas, a comparação permanente e a dificuldade em estabelecer limites entre vida privada e vida pública aparecem com frequência nas conversas, conflitos e dinâmicas escolares.

O debate também chama atenção para a diferença entre registrar a infância e transformar a infância em conteúdo. Nem toda publicação representa um problema, mas a frequência, o alcance e a ausência de reflexão sobre essas exposições merecem atenção.

Muitas vezes, as imagens são compartilhadas de forma afetiva, espontânea e sem qualquer intenção negativa. Ainda assim, a internet não funciona dentro da lógica da intimidade. Uma foto publicada hoje pode circular por anos, ser retirada de contexto, compartilhada sem controle ou até utilizada de maneiras inadequadas. Além disso, existe uma questão que ainda aparece pouco nas discussões, que é o direito da própria criança de decidir, no futuro, como deseja construir sua presença digital.

Nos últimos anos, a escolha da equipe com a qual trabalho foi reduzir de forma significativa a exposição da imagem das crianças em seus canais institucionais, especialmente em relação à publicação de rostos e identificação dos estudantes. Não se trata de uma regra absoluta ou de uma proibição, mas de uma escolha pedagógica alinhada à ideia de proteção, respeito à infância e construção consciente da relação com o ambiente digital. A escola também já adotava um modelo de autorização de uso de imagem separado do contrato educacional, prática que passou a ser reforçada pelas novas diretrizes do ECA

Digital neste ano.

Mais do que uma adequação jurídica, o tema passou a fazer parte das conversas sobre cidadania digital, convivência e responsabilidade coletiva dentro da escola. Afinal, discutir tecnologia na educação não envolve apenas tempo de tela ou acesso às plataformas. Também exige refletir sobre privacidade, autonomia, pertencimento, identidade e os impactos emocionais da exposição constante.

Entendo a educação digital como parte da formação integral dos estudantes. E isso significa ajudar crianças e adolescentes a desenvolverem uma relação mais crítica, equilibrada e consciente com o universo on-line, mas também convidar os adultos a revisarem os próprios comportamentos nesse ambiente.

Mediação digital não acontece apenas quando uma criança utiliza um celular. Ela também acontece quando adultos decidem o que publicar, o que expor e quais limites precisam existir entre memória, afeto e superexposição.

O debate proposto pelo ECA Digital ajuda justamente a deslocar essa conversa do campo do controle para o campo da proteção e da responsabilidade compartilhada. A escola tem um papel importante nesse processo ao promover espaços de diálogo com estudantes e famílias sobre cidadania digital e uso consciente das redes. Mas essa construção depende também da participação ativa dos adultos responsáveis.

Mais do que perguntar se crianças devem ou não estar nas redes sociais, talvez a questão mais importante seja outra: que relação estamos ensinando que elas tenham com a própria imagem, com a privacidade e com a vida on-line? Crescer conectado não deve significar crescer permanentemente exposto.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha // circecunha.df@dabr.com.br

Terremotos e governos: qual desastre deixa cicatrizes mais profundas?

Poucas imagens são tão devastadoras quanto a de uma cidade destruída por um terremoto. Em poucos segundos, inocentes morrem, prédios desaparecem, estradas racham, hospitais entram em colapso e os sobreviventes têm a vida alterada para sempre. Foi exatamente esse cenário que voltou a assombrar a Venezuela após os fortes terremotos de magnitudes 7,2 e 7,5 que atingiram o país nesta semana, provocando mortes, centenas de feridos e danos extensos à infraestrutura.

Autoridades venezuelanas decretaram estado de emergência diante da magnitude da tragédia. Mas o que causa mais danos a uma nação, uma catástrofe natural ou um governo incapaz, corrupto ou destrutivo? Terremotos matam depressa. Maus governos costumam matar devagar. A natureza é indiferente às ideologias. Quando as placas tectônicas se movem, não perguntam quem está no poder. Não distinguem ricos de pobres, governistas de opositores. Simplesmente liberam forças acumuladas durante séculos. Em poucos minutos, o trabalho de gerações pode ser reduzido a escombros.

Governos ruins operam de forma diferente. Seus efeitos são graduais. Quase imperceptíveis no início. Primeiro, surgem pequenos sinais de deterioração institucional. Depois, aparecem a inflação, a fuga de capitais, a perda de confiança dos investidores, o enfraquecimento dos serviços públicos, a corrupção crescente e o aumento da pobreza. Quando a população percebe a dimensão do estrago, grande parte do dano já foi produzida. A história oferece inúmeros exemplos.

O terremoto de Lisboa, em 1755, destruiu boa parte da capital portuguesa e matou dezenas de milhares de pessoas. Mesmo assim, Portugal conseguiu reconstruir sua principal cidade em poucas décadas. A Alemanha saiu arrasada da Segunda Guerra Mundial. Suas cidades estavam em ruínas. Sua infraestrutura havia desaparecido. Poucos anos depois, iniciava uma das mais impressionantes recuperações econômicas da história moderna. O Japão sofreu terremotos, tsunamis e duas bombas atômicas. Ainda assim, transformou-se em uma das maiores economias do planeta.

Catástrofes naturais podem destruir patrimônio. Instituições sólidas permitem reconstruí-lo. O problema surge quando o desastre natural encontra um Estado enfraquecido. Nesse caso, o terremoto deixa de ser apenas um fenômeno geológico. Passa a funcionar como um teste brutal da qualidade das instituições nacionais. Hospitais não funcionam, os serviços de emergência não respondem, as estradas não resistem, as construções não obedecem a normas técnicas, os recursos destinados à prevenção não chegam ao destino correto. É óbvio que cada uma dessas questões remete menos à geologia e mais à política. Países bem administrados também sofrem terremotos. A diferença é que costumam sofrer menos mortes.

No caso da Venezuela, a tragédia chega carregando décadas de problemas econômicos, institucionais e sociais. Antes mesmo dos tremores, milhões de venezuelanos haviam deixado o país em uma das maiores crises migratórias da história recente da América Latina. A produção petrolífera caiu drasticamente ao longo dos últimos anos. Serviços públicos enfrentaram dificuldades recorrentes. A infraestrutura envelheceu. Tudo isso amplia a vulnerabilidade diante de qualquer desastre natural. O terremoto não criou esses problemas. Apenas os expôs de forma dramática. Há uma diferença importante entre um fenômeno natural e um fenômeno político. Nenhum cidadão pode impedir um terremoto. Já os erros humanos são, em teoria, evitáveis. Corrupção não é força da natureza. Má gestão não é fenômeno geológico. Desvios de recursos públicos não são inevitáveis.

Aristóteles observava que a finalidade da política é criar condições para uma vida boa em comunidade. Séculos depois, Winston Churchill resumiria o mesmo princípio ao afirmar que o preço da grandeza é a responsabilidade. Governos existem justamente para preparar a sociedade para enfrentar o imprevisível. Ninguém espera que um governante impeça terremotos. Espera-se, porém, que reduza seus efeitos.

Por isso, talvez, seja inútil tentar estabelecer uma competição entre tragédias naturais e tragédias políticas. Cada uma destrói de maneira diferente. Os erros políticos podem destruir durante décadas. O caso venezuelano mostra que as duas formas de desastre podem acabar se encontrando no mesmo lugar. Quando isso ocorre, o resultado costuma ser especialmente cruel para a população comum, que perde duas vezes: primeiro para a natureza, depois para as falhas humanas.

Enquanto equipes de resgate procuram sobreviventes entre os escombros e o país tenta medir a extensão dos danos, permanece uma lição que atravessa séculos e continentes. Uma boa escolha no momento do voto frequentemente determina quantos sobreviverão quando a terra voltar a tremer.

» A frase que foi pronunciada

“Precisamos de um terremoto político, não de um terremoto geológico.”

Davan Yahya Khalil

Longa espera

» Ninguém pode negar a importância da preservação da memória coletiva, da construção da identidade de um povo, do estímulo ao pensamento crítico, da coesão social, da formação educacional da população. A não ser a autoridade que permite uma obra durar mais de 10 anos para entregar aos contribuintes a Sala Villa Lobos, do Teatro Nacional.

» História de Brasília

O Setor de Residências Econômicas será um dos mais belos bairros de Brasília. Estão ampliando todas as casas, e já começaram o trabalho de urbanização, com o asfaltamento de ruas internas. (Publicada em 22/5/1962)